

A Reconfiguração do Espaço Urbano e a Apropriação da Cultura Como Meio de Acumulação Capitalista

Elisabeth Cristina Drumm¹

Rogério Leandro Lima da Silveira²

Grazielle Betina Brandt³

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.147-174>

Recebido em: 31/8/2015

Aceito em: 7/4/2017

Resumo

O capitalismo transforma-se por meio de discursos próprios, orientados pelo modo de produção, que, por sua vez, orientam o estilo de vida da sociedade. Do modo de produção fordista ao flexível, o discurso, nos territórios urbanos, centra-se na perspectiva do empreendedorismo urbano, pautado, especialmente, pela cultura como meio de acumulação e de desenvolvimento. O espaço urbano é constituído por relações e por processos que definem a sua territorialidade, assim como as consequências decorrentes dela, como a gentrificação. Este ensaio tem como objetivo compreender as características e as práticas socioespaciais dos diferentes agentes, a partir da apropriação do patrimônio cultural pelo capitalismo e da formação de um novo discurso. A técnica de investigação é bibliográfica e, como resultado, apresenta-se a possibilidade de discussão de um roteiro de análise desde os seguintes referenciais: contexto espaço temporal e histórico (HARVEY, 2005, 2007; SANTOS, 1982); deslocamento de organizações e adensamento de redes de interdependências sobre territórios criativos (PECQUEUR, 2009); patrimônio histórico (FLORES, 2006); mercado mobiliário instalado no território (LEFEBVRE, 2011; HARVEY, 2005, 2012; BOTELHO 2007); plano de desenvolvimento

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora da Universidade da Região da Campanha. elisabethdrumm@gmail.com

² Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul. rlls@unisc.br

³ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec. Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul. grazielle@unisc.br

e o envolvimento da classe dominante (VILLAÇA, 2000); discursos ideológicos e o jogo de palavras (VILLAÇA, 2000); agentes produtores do espaço urbano e territorialidades urbanas (HARVEY, 2012; CORREA, 1996); agentes produtores do urbano e as suas estratégias (TRINDADE JR., 1998; SELDIN, 2015); gentrificação (MACEDO, 2011).

Palavras-chave: Territorialidade. Espaço urbano. Cultura.

URBAN SPACE'S RECONFIGURATION AND CULTURAL APPROPRIATION AS A CAPITALIST ACCUMULATION STRATEGY

Abstract

Capitalism is transformed by its own discourses, which are oriented by the mode of production and guide the lifestyle of the society. From the Fordist mode of production to the flexible one, the discourse in urban territories has always focused on urban entrepreneurship guided by the culture as a strategy for accumulation and development. The urban space consists of relationships and processes that define its territoriality and the consequences resulting from this territoriality, such as gentrification. This paper aims to understand the characteristics and socio-spatial practices of different actors, from the appropriation of cultural heritage by capitalism and the formation of a new discourse. The investigation technique is bibliographical, and as a result, there is a possibility of providing a guide to analysis based on the following references: temporal and historical space context (HARVEY, 2005, 2007; SANTOS, 1982); displacement of organizations and densification of networks of interdependencies on creative territories (PECQUEUR, 2009); historical heritage (FLORES, 2006); real estate market installed on the territory (LEFEBVRE, 2011, HARVEY, 2005; BOTELHO 2007); development plan and involvement of the ruling class (VILLAÇA, 2000); ideological discourses and wordplay (VILLAÇA, 2000); actors of the urban space and urban territorialities formation (HARVEY, 2012; CORREA, 1996); actors of the urban space and their strategies formation (TRINDADE JR., 1998; SELDIN, 2015); gentrification (MACEDO, 2011).

Keywords: Territoriality. Urban space. Culture.

Ao considerar o espaço urbano enquanto território – espaço construído – no qual os sujeitos são atores e protagonistas e se posicionam diante do processo de reestruturação produtiva, destacam-se duas abordagens de desenvolvimento: a globalização e a regionalista. A primeira, fortemente marcada pela homogeneização e pela menor participação do Estado, pauta-se pela competitividade e pela organização de empresas em redes globais, o que as caracteriza pela sua especificidade, determinada por um processo de venda e de exploração do território. A segunda, pautada pela territorialização do desenvolvimento, ocupa-se com a valorização das identidades regionais, que se constituem pela diversidade, e em razão do protagonismo local e regional, conformam-se como particularidades.

Apesar do esforço em incluir a regionalização, a partir da territorialização do desenvolvimento, na pauta de diferentes escalas (enquanto processo e produto social, no qual são definidos os níveis de negociações), constata-se que a abordagem da globalização permanece fortemente inserida no contexto das políticas e das ações orientadas para o desenvolvimento dos territórios em detrimento do regional. Ou seja, observa-se que os ciclos de reestruturação dos espaços urbanos têm acompanhado o movimento do sistema de produção capitalista, primeiramente marcado pelo mercantilismo, seguido pelo modo de produção fordista (rígido), que demarcou um processo de expansão da exploração pelo capital e, por fim, por meio da reestruturação produtiva e pela instalação do modo de produção flexível.

Desde os anos 90 observa-se a construção de um discurso em torno da valorização da cultura enquanto meio de acumulação de riquezas. Em diferentes espaços, tais como no Brasil e na Europa, cresce a demanda pela elaboração de projetos de reestruturação urbana, que objetivam a ocupação de espaços vazios (áreas de terra ou prédios) que outrora foram explorados pelas indústrias, e que se deslocaram para outros espaços (desterritorialização e reterritorialização do capital). A intenção para a ocupação desses

espaços pela chamada economia da cultura, tem gerado movimentos para a recriação dos espaços urbanos na forma de cidades criativas, territórios criativos, polos de economia criativa, distritos criativos entre outras denominações.

Assim, considera-se que a revelação da variável cultura pelo capitalismo hegemônico, evidencia o quanto essa busca, a partir de então, apropriar-se do patrimônio cultural como uma nova estratégia para a garantia de acumulação. Nesse sentido, é possível questionar: Os discursos de governos (políticas públicas), instituições internacionais (ONU) e empresas (inovadoras), em torno da economia criativa ou da consolidação de regiões criativas, são, em realidade, uma nova face do discurso hegemônico da produção flexível? Poderia não ser um discurso hegemônico se a origem ou intenção de apropriação do patrimônio cultural, enquanto elemento econômico, tivesse nascido da relação entre os atores econômicos da região e do reconhecimento desse fenômeno, instalando um processo dialético entre o local (regional) e o global (sistema hegemônico), decorrente de um processo histórico?

Este ensaio tem como objetivo compreender as características e as práticas socioespaciais dos diferentes agentes, visando à análise da reconfiguração dos espaços urbanos a partir da apropriação do patrimônio cultural pelo capitalismo e da formação de um novo discurso. A técnica de investigação é bibliográfica. O artigo está organizado em três partes: a primeira trata dos discursos e das expressões do modo de produção capitalista e seus reflexos, incluindo o atual movimento em torno da economia criativa ou dos chamados territórios criativos; a segunda parte objetiva compreender as cidades ou espaços urbanos, considerando a perspectiva ideológica, os agentes, os processos de territorialidade e as suas consequências; e a terceira parte apresenta uma análise do processo de reestruturação urbana, orientado pela apropriação da cultura.

Os Discursos e as Expressões do Modo de Produção Capitalista no Contexto Urbano

O capitalismo é reciclável na medida em que se modifica e se adapta às transformações impostas pelas crises econômicas. Na tentativa de se manter hegemônico, utiliza-se de diferentes linguagens e expressões. Apesar dos esforços de viabilizar alternativas que tornem seus efeitos, como a concentração de renda e a desigualdade de oportunidades, menos impactantes, esses permanecem visíveis e presentes no cotidiano. Assim, esta seção é dedicada à compreensão das expressões do capitalismo (HARVEY, 2007, 2012) e as novas formas de acumulação (HARVEY, 2005, 2012). A partir de Santos (1982), pretende-se discutir a relação entre o modo de produção e a formação histórica de um território. Ainda, em relação à formação do território, Flores (2006) aborda a identidade cultural a partir do local (regional) e sua relação com a totalidade (singularidade e particularidade). Por fim, Pecqueur (2009) nos apresenta elementos que contribuem com a discussão acerca dos territórios criativos.

Harvey (2007) faz uma reflexão acerca das transições ocorridas no regime de acumulação e na sua relação com o modo de regulamentação social e político associado ao mesmo. O autor refere-se à estabilização da relação entre o consumo e a acumulação, materializado nas relações entre os indivíduos sob a forma de normas, hábitos, leis, regulamentações, etc., que se constituem o conjunto de regras e processos sociais. Para o autor, a linguagem, resultante do modo de regulação permite ao capitalismo, como modo de produção (dinâmico e instável), ser reconhecido pelos indivíduos, o que permite o seu funcionamento por um determinado período de tempo. É possível considerar, portanto, que a linguagem, enquanto resultado e manifestação cultural, influencia e é influenciada pelo fordismo em um primeiro momento, seguida da acumulação flexível e, por conseguinte, está associada a uma sociedade.

Rigidez é a expressão do regime de acumulação Fordista que se manifesta principalmente nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. Além disso, no âmbito social as famílias ajustam seu comportamento para acompanhar o processo de produção das firmas, orientado pela produção em massa para a exploração dos recursos naturais, num processo de adaptação social ao regime de acumulação, especialmente por se tonarem consumidores. A felicidade, nesse caso, está diretamente relacionada ao processo de produção, à possibilidade de ser um trabalhador contratado e a sua capacidade de consumo na sociedade norte-americana. A esperança e a possibilidade de realizar sonhos sustentou, por um período, o regime de acumulação rígido e padronizado e, desta forma, grandes cidades estruturam-se no entorno das grandes indústrias (HARVEY, 2007).

Por outro lado, a acumulação flexível confronta diretamente a rigidez do fordismo pela proposta de flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões, resultando em rápidas mudanças a partir da inovação comercial, tecnológica e organizacional. Assim, conforme o autor, ocorre um rompimento das barreiras territoriais ao criar um movimento de emprego no setor de serviços e de complexos industriais em regiões entendidas como subdesenvolvidas. A flexibilização afetou as relações de trabalho e o poder sindical e, desta forma, o mercado de trabalho. Neste cenário, o local é o agente principal de produção, e não o regional (a partir de suas relações), o que ainda não é a resposta suficiente para resolver os limites do capitalismo, uma vez que o mesmo segue a lógica de uma recombinação simples à procura do lucro (HARVEY, 2007). Além disso, uma outra estratégia do processo de acumulação e reprodução do capital se dá por meio da recorrente transformação urbana, em que os momentos de crise econômica se apresentam como momentos de reestruturação urbana por meio da lógica da “destruição criadora” dos espaços urbanos e da valorização da desigualdade espacial (HARVEY, 2012).

O que se observa é o fato de que o capitalismo, na busca de novas recombinações, busca valorizar e reproduzir o capital por meio da apropriação de espaços por incorporações imobiliárias. Para Harvey (2005), a governança urbana é orientada pela criação de padrões locais de investimentos em infraestruturas físicas (imóveis, transportes, comunicações, saneamento) e sociais (educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida). O autor afirma que esse movimento gera a sinergia necessária no processo de urbanização, capaz de criar rendas monopolistas (dos interesses privados e dos poderes estatais).

Além disso, Harvey (2005) ressalta que a busca de rendas monopolistas não se limita aos empreendimentos imobiliários, iniciativas econômicas e recursos governamentais, mas, por meio de uma construção discursiva, práticas culturais e ambientais são transformadas em rendas monopolistas, ou seja, o capital simbólico coletivo confere vantagens econômicas a lugares a serem explorados. O autor complementa que o empreendedorismo urbano é estruturado por intermédio da indústria do conhecimento e do patrimônio, da produção cultural, da arquitetura e da grife e, ainda, do cultivo de juízos estéticos distintos. Para o autor, a memória coletiva, a estética e os beneficiários, em virtude da competitividade e da busca por marcos de distinção entre os lugares, estão comprometidos dependendo do valor de sua simbologia, ou seja, a decisão sobre o conteúdo de memórias de um lugar passa pela análise da viabilidade do empreendimento urbano.

É preciso considerar, também, sobretudo nas últimas décadas, que “as lutas por justiça social têm assumido (...) uma multiplicidade de práticas e frentes, aprofundando as reivindicações ligadas ao direito à cidade, que incluem em seu escopo a moradia digna, o acesso ao trabalho, à produção e fruição de atividades culturais, assim como o usufruto democratizado do patrimônio público de bens culturais e espaços livres” (PALLAMIN, 2012, p. 60).

Na perspectiva dos estudos regionais surge a necessidade de refletir sobre a relação entre as *formas* das coisas e sua *formação* a partir da história do espaço, uma vez que “o espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1982). Para o autor, a Formação Socioespacial é delineada pelo modo hegemônico de produção (capitalista), porém não se resume a ele, pois a região, ou espaço, é particularizado por meio do seu processo histórico de formação. As relações entre a cultura, as condições físicas, as técnicas,⁴ a política, entre outros, em um determinado período de tempo e espaço, condicionam os lugares. Assim,

as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial de modos de produção particulares. O <valor> de cada local depende de níveis qualitativos de modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1974, p. 8 apud SANTOS, 1982, p. 14).

Trata-se, portanto, de reconhecer o espaço como uma nova dimensão essencial associado ao tempo, de maneira a compreender o processo de formação do território e construir modelos particulares de desenvolvimento regional (SANTOS, 1982). Ou seja,

os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1982, p. 14).

Para o autor, a linguagem é a manifestação das relações sociais, marcada pela cultura, em um determinado tempo e espaço,⁵ em uma perspectiva particular. Nesse sentido, Flores (2006) apresenta elementos de constituição

⁴ “As técnicas são um conjunto de meios instrumentos e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, reproduz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2012, p. 29).

⁵ “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012, p. 63).

de um saber-fazer local que se entende como regional, com uma identidade cultural, resultante das interações de uma cultura local na sua relação com o global. Flores (2006) propõe uma reflexão centrada na análise das definições de particularidade ou solidariedade e de singularidade ou especificidade.

A particularidade está relacionada à região em razão da sua natureza única e endógena, a partir das relações sociais e culturais que se estabelecem entre os atores da região, isto é, as partes influenciam o todo e o todo influencia as partes. Além disso, sustenta-se na equidade, pautada pela solidariedade, que visa a reconhecer as relações sociais e culturais da região em busca de alternativas viáveis em contraposição com a globalização hegemônica. As regiões são, portanto, caracterizadas pela diversidade (FLORES, 2006).

Por outro lado, a singularidade, ou especificidade, está associada ao conceito de lugar/local, pois parte de soluções exógenas globais, sem acolher as manifestações sociais e culturais de uma região. São perspectivas que “planificam” os locais em relação ao global, ou seja, partem da perspectiva hegemônica, enquanto paradigma, isto é, os locais como parte do global, porém não diversificados, mas como simples partes do global. A política pública orientada ao local “delega” o desenvolvimento para o lugar, em uma perspectiva hegemônica, como resultado do movimento da globalização e, portanto, não oferece resistência (FLORES, 2006). Por exemplo, a política de instituição de Sistemas Locais de Inovação que se instalam em locais (municípios) adotam uma prática predatória de “guerra fiscal”, que provoca uma concorrência e não uma convergência de ações construídas pelos atores de uma região em prol do seu desenvolvimento.

Assim, o saber-fazer local, segundo Flores (2006), parte das “raízes” histórico-sociais que formam a identidade de uma determinada região, enquanto resultado das transações culturais de um território pelas relações estabelecidas entre e pelos atores sociais. Essa construção define uma identidade cultural que, a partir de relações, constitui regiões, entendidas como particulares, que, em relação ao todo (Brasil), assumem a construção do seu desenvolvimento.

Neste contexto, Flores (2006) indica exemplos decorrentes de políticas públicas que orientam a ação regional, como a definição de indicações geográficas ou denominações de origem, que buscam a valorização de produtos com identidade regional, resultado das interações sociais e culturais. Esta política poderá servir aos interesses globais hegemônicos, uma vez que se apropria desses valores não como resultado das interações sociais e culturais. Por outro lado, na perspectiva da territorialidade – que se constitui pela intencionalidade e pelo sentimento de pertencimento, dado o processo de identificação entre os atores locais –, torna-se possível consagrar o saber-fazer regional em produtos autênticos, resultantes da solidariedade em contraposição ao paradigma da globalização.

Pecqueur (2009) apresenta elementos para a discussão acerca dos territórios criativos que estão emergindo como resultado de políticas públicas e orientados pelas particularidades regionais, decorrentes da história e das manifestações culturais e sociais, próprias de uma região. Para o autor, o capitalismo hegemônico pauta-se pelo deslocamento das empresas em direção a espaços que ofereçam custos de produção atrativos, fato que confirma o adensamento das redes de “interdependências financeiras e comerciais”, ou seja, uma “globalização homogeneizada”, uma dinâmica que elimina as particularidades. Nesse contexto, o autor reforça a emergência de proposições de um modelo dialético local/global, considerando a mundialização como o fenômeno que ratifica a unidade do enraizamento local e desenraizamento planetário.

O movimento em torno de regiões criativas, cujos produtos e serviços são resultados baseados no conhecimento, na criatividade e no patrimônio cultural regional, pode ser entendido como mais um movimento que resulta da inclusão da variável cultural da economia, o que ainda é um fenômeno muito recente. A “revelação” da variável cultural surge no bojo de uma das crises do modelo fordista padrão que, em razão da sua falência, exigiu uma alternativa que visasse à diferenciação de produtos, e “reflete a importância de se levar em conta o conteúdo cultural envolvido na dinâmica produtiva” (PECQUEUR, 2009, p. 90).

Assim, constata-se que as novas expressões do capitalismo estão necessariamente associadas às novas formas de acumulação que se configuram a partir de práticas discursivas em torno de palavras como rigidez, flexível e empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005, 2007). Além disso, a partir da perspectiva do processo de construção do território, ou da formação do espaço social, tem-se que o espaço é delineado pelo modo de produção, mas não se resume a ele, uma vez que a região é particularizada pelo seu processo histórico, o que garante a diversidade de territórios (SANTOS, 1982). Além disso, ainda em relação à formação do território, Flores (2006), parte do saber fazer local (nesse caso entendido como regional) e da identidade cultural – que é influenciada pelo todo e também influencia a totalidade –, para a construção de particularidades que se contrapõem ou se agrupam às especificidades (resultantes do global) para compor uma nova territorialidade. Por fim, os territórios criativos, frutos da crise do capitalismo, baseiam-se no conhecimento, na criatividade e no patrimônio cultural regional como uma alternativa para a acumulação (PECQUEUR, 2009). Parte-se desses elementos para, na próxima seção, compreender a dinâmica da constituição dos espaços urbanos e as formas de territorialidade, que, a partir do discurso em torno dos territórios criativos, têm provocado alterações na dinâmica social.

A Cidade, o Espaço Urbano e os Diferentes Agentes que Configuram a sua Territorialidade

Para Lefebvre (2011, p. 4) as cidades⁶ “[...] são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)”. No

⁶ No Brasil, o conceito de cidade é definido como “[...] um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” (LENCIONE, 2008, p. 117). Para a definição de urbano no Brasil, a autora toma como paradigma a perspectiva de Lefebvre e de Castells, que relacionam diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial, ou seja, “a essência do fenômeno urbano reside na idéia de capital”.

sistema urbano,⁷ decorrente da industrialização, é exercida a ação de conflitos: entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos); entre a mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade; entre a acumulação de capital e sua dilapidação nas festas; entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização desse território (LEFEBVRE, 2011).

Nessa mesma perspectiva teórica, Ana Fani Alessandri Carlos (2014, p. 133) chama a atenção de que o processo de reprodução do espaço urbano evidencia que a urbanização contemporânea ocorre mediante a extensão e o aprofundamento de uma contradição fundamental, ou seja: *la producción del espacio es siempre una producción social y colectiva mientras que su apropiación es privada – fundada en la existencia de la propiedad privada de la riqueza. Dentro del capitalismo, esta producción del espacio se transforma en mercancía y hace que su acceso sea determinado por el mercado inmobiliario*”.

Magalhães (2015, p. 20) observa que, no contexto do Neoliberalismo, deve-se também ressaltar

a ligação entre os sentidos da cidade contemporânea com a primazia do mercado e do Estado agindo para conduzir as condutas em sua direção. O neoliberalismo canaliza as potências do urbano para o mercado através do Estado e, nesse processo, ocorrem dois efeitos: uma exploração aumentada, em que, em função da precarização dos meios de consumo coletivo públicos, entra em cena a necessidade inescapável do consumo (e do endividamento); e uma canalização das potencialidades para o mercado:

⁷ No período da produção cafeeira, as cidades materializavam as condições gerais da produção, viabilizando o comércio e os serviços necessários, o que redundou no desenvolvimento de uma extensa rede urbana no interior paulista. A constituição da sociedade industrial capitalista é o que conduz à compreensão de quando é possível falar em urbano no Brasil. Lencione (2008, p. 121) conclui que “o conceito de urbano se relaciona a um processo histórico”, que, nesse caso, compreende o período a partir da industrialização.

aquilo que não entra no mercado, que não é mercantilizável, deixa de ser potencializado, deixa de florescer. As políticas de incentivo à cultura são um bom exemplo de tentativas de lidar com este problema no domínio da produção cultural, que corresponde a uma fração da sociedade com poder de mobilização para conseguir mobilizar esta escapatória através de uma ligação direta com o Estado.

Um outro aspecto de fundamental importância na compreensão da cidade e dos espaços urbanos se refere ao processo e à política de planejamento que incide sobre a dinâmica de organização dos usos do/no espaço urbano.

O planejamento territorial urbano é um processo político-administrativo de governo, que, além de estar embasado em conhecimentos teóricos, precisa também ser definido como política pública e apresentar diretrizes práticas para seu estabelecimento. “O processo de planejamento urbano tem como propósito ordenar, articular e equipar o espaço, de maneira racional, direcionando a malha urbana, assim como suas áreas ou zonas, a determinados usos e funções” (HONDA et al., 2015, p. 64).

Em uma outra perspectiva, Villaça (2000) refletiu sobre o uso de conceitos/expressões tais como plano, planejamento e zoneamento, que são tensionados por aqueles capazes de influenciar na reorganização dos espaços, ou seja, a classe dominante, detentora do conhecimento (universidades, imprensa e meio político). O autor reforça a perspectiva que denomina de ideologizada e falsa (máscara), cuja certeza está pautada em uma discussão acerca das ações que objetivaram, ao longo da história, reorganizar os espaços em prol das transformações urbanas, para que as mesmas continuem favorecendo a exploração pelo capital de maneira a garantir a maximização de rendimentos, principalmente do setor imobiliário (componente ideológico).

Conforme o autor, a ideologia é pautada pela disseminação de expressões como “crescimento desordenado” e “caótico” – discurso que “mascara” planos que supostamente viriam a resolver os “problemas existentes” (máscaras). A versão da realidade que se procura esconder com essa questão do crescimento “desordenado” é a pobreza urbana, os baixos investimentos em

equipamentos sociais e infraestrutura urbana e a sua má distribuição, tanto espacial. A ideia central está fundamentada na “ordem” como condição para a solução dos problemas urbanos. É recorrente o uso de termos da biologia/medicina, tais como congestionamento, ou seja, a cidade como organismo naturalmente organicista. A ação pública, porém, foi realizada, conforme o autor, “à margem de qualquer plano diretor” (VILLAÇA, 2000, p. 5) e, nesse sentido, comenta o autor, nem Brasília deu certo.

O surgimento da expressão “plano de desenvolvimento local integrado” indica a necessidade de revelar as palavras em torno dos planos e refletir sobre como e porque eles nascem e morrem (VILLAÇA, 2000). O autor destaca que o fato central é que a cada fracasso de um plano é preciso inventar outro para continuar ocultando as reais causas dos ditos “problemas urbanos”:

é preciso ocultar as idéias de que o crescimento dos problemas urbanos é devido à injustiça na distribuição de renda, é devido à exclusão social e, portanto, ao desnível de poder político entre as classes sociais. É preciso ocultar o fato de que tais desequilíbrios trazem uma desigual distribuição setorial e espacial dos investimentos públicos. É preciso manter a versão de que os problemas urbanos se agravam porque os planos falharam e que por isso é preciso mudar os planos (p. 8).

O autor assevera que, a partir das primeiras décadas deste século, os chamados “problemas urbanos” começaram a se agravar crescentemente e a classe dominante foi pressionada a abandonar o discurso e a prática do embelezamento urbano. A partir de diferentes abordagens em relação ao planejamento urbano, decorrentes da persistência dos problemas urbanos, a classe dominante adota, ao longo do tempo, diferentes discursos, e o planejamento passa a ser uma atividade intelectual pura, quando não técnica pura, isto é, um elemento da tecnocracia. Ou seja, “desligando-se da realidade e adquirindo autonomia, as idéias de plano e planejamento passam crescentemente a se integrar à ideologia dominante sobre os problemas que

atingem nossas maiorias urbanas” (VILLAÇA, 2000, p. 9). Para o autor, os problemas a serem enfrentados em um plano, suas prioridades e mesmo as linhas de ação, no Brasil, são uma questão política e não técnica e, portanto, devem estar nas plataformas dos partidos.

Segundo Harvey (2005), a governança urbana é orientada pela criação de padrões locais de investimentos em infraestruturas físicas (imóveis, transportes, comunicações, saneamento) e infraestruturas sociais (educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida); afirma que esse movimento gera a sinergia necessária no processo de urbanização, capaz de criar rendas monopolistas (dos interesses privados e dos poderes estatais). O autor também reafirma que uma das formas de exploração do espaço urbano são as incorporações imobiliárias.

Nesse sentido, Botelho (2007) discute a crescente inserção da produção do espaço nos circuitos de acumulação capitalista e objetiva analisar os impactos da acumulação na configuração espacial urbana e na estrutura de desigualdades socioespaciais: “o espaço é uma condição geral de existência e reprodução da sociedade” (BOTELHO, 2007, p. 16), e destaca que, no modo de produção capitalista, ele é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia.

Com a privatização dos meios de produção, como sendo uma determinação geral do capitalismo, ocorre uma privatização do espaço, que se reúne ao capital como meio de produção:

[...] a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada e são regulados pelas necessidades do capital de gerar valor excedente (BOTELHO, 2007, p. 17).

Desta forma, o espaço urbano tem cada vez maior importância para o capital, ao mesmo tempo em que é “influenciado” pela dinâmica do modo de produção capitalista, conforme Botelho (2007). Nesse contexto, são exemplos de uso do espaço urbano, produzido em consonância com o interesse do capital financeiro, a construção de *shopping centers*, empreendimentos de turismo e lazer, centros empresariais, grandes condomínios verticais e horizontais, hotéis e *flats*.

Botelho (2007) ressalta as palavras de Lefebvre (1999), que apontam para a consolidação do circuito imobiliário como um setor paralelo, destinado a inserir-se no circuito de reprodução capitalista. Ele destaca que a existência de “bolhas imobiliárias” em momentos que precedem crises é

[...] um indicador de que o setor imobiliário é, num primeiro momento, um setor compensatório da economia, atraindo os capitais excedentes, mas que, ao se sobrevalorizar e “explodir”, é comumente o estopim de crises prolongadas e sérias, que envolvem toda a economia (BOTELHO, 2007, p. 19).

Ainda, segundo Botelho (2007), o novo, o “outro espaço”, é a urbanização do planeta. Essa urbanização, comandada pelos princípios da geração de mais-valia, estaria marcada pela crescente segregação socioeconômica e cultural.

Refletindo sobre as práticas culturais em contextos urbanos, Seldin (2015, p. 70) assinala que há, em curso, nas cidades um dado “planejamento cultural estratégico”, que simultaneamente articula o conceito de “planejamento cultural” relacionado à combinação dos equipamentos culturais com design urbano, mas também “com a indústria cultural, o turismo, o patrimônio histórico e o lazer”; e o de planejamento estratégico, caracterizado por priorizar uma dada forma de pensar o espaço em virtude de interesses específicos num contexto global de competição. Com esse propósito “... a predileção por certas áreas de maior visibilidade da cidade (...) gera níveis de desenvolvimento díspares entre as regiões ou entre as próprias cidades. Conseqüentemente, o acesso aos novos espaços culturais também é desigual, uma vez que privilegia apenas certas camadas da população”.

A cidade faz e refaz os seus planos de governança e prosperidade financeira pela acumulação de capital, sendo o ambiente construído como lugar, um substrato para a sua apropriação em forma de mais-valia (BOTELHO, 2007).

Trindade Jr. (1998) trabalhou a dialética entre a sociedade e sua espacialidade a partir da definição de que as formas espaciais contêm a sociedade, não sendo, portanto, simplesmente formas, mas formas-conteúdos; procurou compreender o espaço urbano não apenas como produto da sociedade, mas também como condição e meio de realização de toda a dinâmica social. Para o autor, portanto, as estratégias/ações dos agentes produtores do urbano não acontecem de maneira isolada, mas por meio de redes de articulação ou ligações de agentes, que visam a realizar interesses específicos. Tratam-se de articulações locais de agentes⁸ responsáveis pela dinâmica da cidade e que estão por trás da apropriação da terra urbana (TRINDADE JR., 1998, p. 2).

Dentre as articulações dos agentes produtores do urbano, existem as ligações simples, ou seja, as relações entre: a) o Estado e os agentes sociais excluídos; b) os agentes sociais excluídos e os candidatos a cargos políticos; c) o Estado e as empresas incorporadoras/construtoras; d) os agentes sociais excluídos e os proprietários fundiários; e) o Estado e os proprietários fundiários; f) os agentes financiadores e as incorporadoras. Além destas, as chamadas ligações complexas, que dependem da articulação entre mais de dois agentes (TRINDADE JR., 1998). Para Gottdiener (apud TRINDADE JR., 1998, p. 33), a rede é entendida no sentido de trama, isto é, a “confluência de determinações gerais e de ações locais relacionadas à apropriação da terra

⁸ Os agentes, segundo Correa (1996), são: o Estado (instrumentaliza legalmente a organização especial da cidade); os grupos sociais excluídos (pessoas com potencial para morar de forma irregular, sem recursos para a aquisição de um imóvel); promotores imobiliários (incorporadoras/construtoras que viabilizam construção e comercialização de habitações, na busca de um lucro maior e a consequente exclusão de grupos sociais populares); proprietários fundiários (proprietários das terras, interessados no valor de troca da mesma e não no seu valor de uso); e os proprietários dos meios de produção (os agentes financiadores e as incorporadoras que necessitam de terrenos amplos e baratos próximos a portos, vias férreas ou locais de acesso à população).

urbana”. Conforme o autor, tal rede apresenta as seguintes características: a) representam coalizões público-privadas; b) a composição muda conforme o lugar; c) as ações capitalistas heterogêneas manipulam a expansão e a reestruturação urbana; d) há atos de manipulação das ações públicas e privadas de tomadas de decisão (apropriação da terra); e) manifestações da rede explícitas ou nos bastidores (corruptas). O ambiente construído é resultado das ações das redes e também tentativas de renegociar essas proposições (GOTTDIENER apud TRINDADE JR., 1998).

De acordo com Raffestin (1993 apud TRINDADE JR., 1998, p. 33), “os atores não se apoiam; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se intermediar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles, uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas”. As redes instrumentalizam seus interesses por meio de coligações que viabilizam suas ações, ou seja, uma rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder dos atores dominantes (RAFFESTIN, 1993 apud TRINDADE JR., 1998).

Por serem as redes instrumentos de ação dos agentes organizados em torno delas, a estruturação urbana é uma decorrência da dinâmica que elas apresentam, ao mesmo tempo em que garantem, em primeiro plano, a prioridade dos interesses hegemônicos que as mobilizam (TRINDADE JR., 1998). O autor ressalta a importância da definição dos interesses, tendo em vista a estrutura do espaço socialmente produzido. O território⁹ usado tanto para conter ou restringir quanto para excluir, exige uma correlação de forças entre agentes diferenciados, quando o espaço exerce uma mediação, isto é, há uma tríade: agente-espaço-agente (TRINDADE JR., 1998).

⁹ Trindade Jr. (1998) trabalha o conceito de território, baseado em Raffestin (1993), como: 1) mediação entre a relação dos agentes e o espaço; 2) registro de ações que o controlam, garantindo a espacialidade dos interesses de um ou de vários agentes; 3) frações do urbano demarcadas e controladas por determinadas ações, produtos da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes; 4) relações sociais projetadas no espaço; 5) permanente e constante esforço para serem estabelecidos e mantidos.

O autor também apresenta o conceito de territorialidade, baseado em Roncayolo (1990 apud TRINDADE JR., 1998, p. 36), como sendo essencialmente coletivo, dependendo mais do tipo de relação que se estabelece entre os indivíduos e os grupos do que a ligação direta entre os lugares. As relações de poder são elementos constituintes do território entre duas categorias de agentes ou coligações (redes) e destes com o espaço, e este é um mediador de sua própria apropriação. A territorialidade inclui, portanto, elementos como identidade, exclusividade e limite. “O espaço, enquanto meio e condição de reprodução de relações sociais, ganha expressão na existência de territórios e na configuração de territorialidades” O autor traz exemplos de territorialidades urbanas, que ajudam a pensar a importância do espaço urbano para a realização de estratégias de agentes diferenciados:

a) Territórios das empresas do mercado imobiliário: quanto às estratégias dos agentes, que se colocam em sintonia com o padrão de segregação residencial urbana capitalista, diz respeito às empresas imobiliárias, que passam a se diferenciar de acordo com seu respectivo poder econômico. Estabelecem-se relações entre os diferentes portes de incorporadores e o sistema financeiro. O pequeno incorporador tem um baixo lucro e depende de ações ligadas à política habitacional do governo. A territorialidade tácita é definida pelo poder empresarial das empresas, e a (des)territorialização refere-se à alteração territorial no interior do espaço urbano, por meio da retração ou deslocamento de outras territorialidades em prol de sua ocupação, implicando mudanças socioespaciais (novos lugares e territorialidades).

b) As organizações populares e suas territorialidades: decorrentes de movimentos populares por intermédio de suas organizações representativas, são de caráter não formal, porém não são frágeis e ineficientes. Estão expressas por centros comunitários, associações de moradores e organizações de bairro. “A filiação de uma dessas organizações a uma entidade geral, por exemplo, e não a uma outra que lhe é politicamente adversa, expressa uma ação sócio espacial que acaba por delimitar o espaço em diferentes áreas e/ou pontos de influência política” (TRINDADE JR., 1998, p. 42). Identifica o caráter

mundimensional do poder e envolve outros agentes que não necessariamente o Estado ou agentes hegemônicos definidos a partir do poder econômico. Diferente da ação das empresas mobiliárias (poder econômico), que gera territorialidades autodefinidas e residuais, no caso dos movimentos populares urbanos, os agentes definem territorialidades em razão das articulações políticas, com isso contribuem com a convergência de forças que se aglutinam a partir das redes de agentes. Trata-se de uma forma específica de apropriação dinâmica e transitória, pois se apoia em “estratégias de sobrevivência e de satisfação de necessidades imediatas de um segmento de baixo poder aquisitivo e não em um projeto político mais efetivo que leve esse segmento a pensar a cidade em sua totalidade” (TRINDADE JR., 1998, p. 43).

c) Formatos territoriais institucionalizados: movimentos de emancipação política, são exemplos da dinâmica imprimida a partir do processo de reestruturação urbana que define a dinâmica de segregação. Novos territórios formais são criados a partir de um discurso que manipula anseios de uma coletividade em busca de concretizar projetos particulares desde uma falsa crença de agregação de interesses comuns. Compreende-se que as ansiedades afloradas a partir das necessidades comuns do lugar (progresso, desenvolvimento, empregos, justiça social, etc.) têm raízes nas identidades do grupo social com o lugar que habita, fato que permite uma associação entre o econômico e o social, o político e o cultural, o interno e o externo (TAVARES, 1992 apud TRINDADE JR., 1998). O discurso em prol da emancipação dilui as diferenças existentes entre os grupos sociais, o que Moraes (apud TRINDADE JR., 1998) chama de “ideologias geográficas”, ou a criação de laços entre os indivíduos em virtude da referência aos locais de origem ou de residência, que atua na perspectiva de criar falsas comunidades de interesses ou a ilusão de uma identidade.

De acordo com Rolnik e Klink (2011), no cenário brasileiro o debate sobre as relações entre economia e território representa desafio ainda maior à luz das disparidades socioespaciais, da diversidade, do tamanho do espaço nacional e das características históricas do modelo de desenvolvimento

brasileiro. No processo de reestruturação socioprodutiva e territorial, permanecem desafios estruturais, principalmente os relacionados às disparidades socioespaciais que marcam o território brasileiro na escala macrorregional e urbana (ROLNIK; KLINK, 2011). Diante destes desafios, como articular os diferentes agentes em prol de uma agenda, que se mobilizem para a diminuição da precariedade das cidades e para um efetivo desenvolvimento urbano em uma perspectiva regional?

O que se constata é que o abandono da cidade foi provocado e impulsionado pela força descentralizadora do automóvel associado às políticas de incentivo econômico que criaram milhares de empregos, às obras de infraestrutura e aos incentivos em prol da construção da casa própria. Além disso, as cidades poluídas pela industrialização e congestionadas pela urbanização acelerada, criaram as condições para a periferização dos centros urbanos (MACEDO, 2011).

Com relação ao gerenciamento do crescimento, Macedo (2011) resalta a existência de quatro tipos de estratégias de controle do crescimento urbano: crescimento zero, crescimento controlado, crescimento permissivo e crescimento gerenciado. Tratam-se de instrumentos utilizados pelas políticas de gerenciamento do crescimento e controles ambientais, impostos e de impacto, em perímetros de crescimento urbano e crescimento inteligente. Para a autora, no Brasil, em razão das diferenças resultantes das estruturas políticas e administrativas das cidades, não existe processo similar de gerenciamento do crescimento urbano.

Para Macedo (2011), um dos processos decorrentes da decadência urbana, resultado do abandono das cidades em favor dos subúrbios, é a *gentrification*, ou gentrificação, que possui diferentes sentidos, dependendo do seu usuário. Sob a perspectiva dos corretores imobiliários e pessoas interessadas na valorização da terra, a gentrificação é definida como o processo pelo qual um bairro transforma-se, com propriedades de baixo valor para propriedades de alto valor, ou a ocupação de espaços urbanos como uma possibilidade de mais valia. Por outro lado, a gentrificação é entendida como a invasão de

bairros operários antigos e bem-localizados por famílias de alto poder aquisitivo, à procura de domicílios de custo relativamente baixo, bem-situados, e que tenham um caráter interessante ou um atributo considerado especial para uma futura geração de mais valia. Enquanto resultados, a perspectiva positiva remete à recuperação e à ocupação de espaços pela classe média; enquanto a negativa refere-se à relocação e exclusão forçada de famílias de baixa renda, cujos bairros degradados passam a ser do interesse de residentes de alta renda por sua localização (MACEDO, 2011).

Em síntese, nesta seção tratou-se da compreensão dos espaços urbanos. Villaça (2000) analisa a perspectiva ideológica e o uso de máscaras ao tratar dos recursos utilizados para a reorganização dos espaços por meio de estratégias de planejamento. Além disso, Harvey (2005) e Botelho (2007) veem a questão da inserção da produção do espaço urbano como meio de acumulação do setor imobiliário. Ainda, o espaço urbano não é somente um produto da sociedade, mas um meio de realização da dinâmica social a partir das configurações de redes (TRINDADE JR., 1998) formadas pelos agentes produtores do urbano (CORREA, 1996). Esse movimento resulta na constituição de diferentes territorialidades, definidas pelo mercado imobiliário pelos movimentos populares ou pelos territórios institucionalizados (TRINDADE JR., 1998). Enquanto resultados, Rolnik e Klink (2011) apontam para o modelo de exclusão territorial e para os desafios da política de desenvolvimento urbano. Macedo (2011), também aponta para as condições de periferização dos centros urbanos e para a ausência ou ineficiência do gerenciamento do crescimento urbano, que conduz para um possível processo de gentrificação.

Análise da (re)Configuração do Espaço Urbano: características e práticas socioespaciais dos diferentes agentes

No Brasil, a partir de projetos de revitalização do espaço urbano, segundo Macedo (2011), o processo de gentrificação pode ser observado nos seguintes exemplos: na transformação do degradado Bairro da Luz

em um polo cultural, por meio do Projeto Nova Luz (SANDLER, 2007); na Operação Urbana Consorciada da Vila Sônia, na cidade de São Paulo (GONÇALVES, 2011); e na revitalização de edifícios localizados no centro da cidade de São Paulo. Nobre (2003) destaca que o projeto de revitalização do Pelourinho, em Salvador/Bahia, assim como outros projetos estrangeiros, teve como norte o desenvolvimento econômico a partir da utilização do potencial histórico e natural em prol do turismo. Ocorre que esse modelo, segundo o autor, teve como consequência o fortalecimento de comerciantes, proprietários e turistas, em detrimento da população local que ocupa somente em torno de 16% das casas restauradas.

Esses exemplos direcionam para a importância de uma discussão que oriente a análise das origens e dos efeitos do processo de reconfiguração do espaço urbano, tendo em vista a sua complexidade e o impacto social e econômico decorrentes. Desta forma, o olhar proposto mostra a utilização de referências internacionais e nacionais que integram os principais fundamentos a serem abordados no processo de reconfiguração do espaço urbano. Se para Reis (2011) o debate acerca das cidades criativas ainda é recente, bem como o reconhecimento da cultura como estratégia de desenvolvimento, buscaremos, a partir de uma reflexão bibliográfica, evidenciar que a criatividade e inovação da cultura, desde sua perspectiva simbólica e intangível, tem de dialogar com os diferentes agentes que compõem este espaço. Assim, conforme segue, torna-se interessante nessa discussão:

1. analisar o contexto espaço-temporal e histórico sobre o modo de produção no território a ser analisado (HARVEY, 2005, 2007; MAGALHÃES, 2015, SANTOS, 1982);
2. analisar o deslocamento de organizações e o adensamento de redes de interdependências financeiras e comerciais no território em um determinado período de tempo (territorialização e desterritorialização) (PECQUEUR, 2009);

3. realizar o levantamento de movimentos convergentes com a concepção de particularidade (regional ou saber fazer-local) ou de especificidade (global), conforme Flores (2006);
4. realizar o levantamento do patrimônio histórico (prédios tombados/listados) que representa o espaço a ser ocupado (FLORES, 2006; SELDIN, 2015). Identificar o potencial uso residencial ou comercial, além dos proprietários, visando a analisar a centralização ou não da sua posse;
5. analisar os discursos em torno dos territórios criativos na perspectiva da apropriação do conteúdo cultural, como alternativa para a crise do modelo fordista (PECQUEUR, 2009, REIS, 2011);
6. analisar o mercado mobiliário instalado no território bem como o valor de uso e de troca dos espaços (LEFEBVRE, 2011, HARVEY, 2005; BOTELHO 2007);
7. analisar o plano de desenvolvimento, ou a ausência do mesmo, e as implicações políticas decorrentes desse (VILLAÇA, 2000), bem como o envolvimento da classe dominante e detentora do conhecimento, ou seja, universidades, imprensa e meio político (VILLAÇA, 2000);
8. analisar os discursos ideológicos e o jogo de palavras que oportunizam a criação de máscaras para a solução dos “problemas existentes” (VILLAÇA, 2000), por exemplo, a economia criativa como alternativa para o desenvolvimento local;
9. caracterizar os agentes produtores do espaço urbano, isto é, o Estado, os grupos sociais excluídos, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os agentes financiadores e as incorporadoras (CORREA, 1996; HARVEY, 2012).
10. Analisar a essência da formação das territorialidades urbanas, considerando a prevalência da ação de empresas do mercado imobiliário, das organizações populares ou dos formatos territoriais institucionalizados

(TRINDADE JR., 1998). Sugere-se incluir um olhar para a classe dominante e detentora do conhecimento, em especial para as universidades e para a imprensa (VILLAÇA, 2000);

11. caracterizar as coligações simples ou complexas instaladas, bem como a existência de redes ou tramas e suas características (TRINDADE JR., 1998);
12. compreender a dialética da cidade e sua espacialidade – agentes produtores do urbano e suas estratégias (TRINDADE JR., 1998);
13. analisar a existência de processos de gentrificação (MACEDO, 2011).

A análise desses pontos poderá esclarecer sobre as questões que orientaram esta reflexão: Os discursos dos agentes em torno da economia criativa ou da consolidação de regiões criativas são, em realidade, uma nova face do discurso hegemônico de produção flexível? Ou, a origem ou intenção de apropriação do patrimônio cultural nasce da relação entre os atores econômicos da região e do reconhecimento desse fenômeno, instalando um processo dialético entre o local (regional) e o global (hegemônico), decorrente de um processo histórico?

Considerações Parciais

Neste ensaio foram reunidos autores nacionais e internacionais que tratam das formas de acumulação do capitalismo e os discursos do modo de produção e seus reflexos, incluindo o atual movimento em torno dos territórios criativos. Além desses, incorporamos na discussão autores que procuram compreender a constituição dos espaços urbanos, considerando a perspectiva ideológica, os agentes, os processos de territorialidade e as suas consequências no âmbito social.

No Brasil, assim como na Europa, existem exemplos que evidenciam a reorganização do espaço urbano em torno do empreendedorismo cultural, como estratégia e como um discurso para a manutenção da acumulação ca-

pitalista. Enquanto resultado, manifesta-se a possibilidade de uma exclusão social crescente, causada, principalmente, pela dissociação entre as estratégias e as demandas particulares do contexto histórico-social do espaço urbano.

A reflexão apresenta um conjunto de elementos próprios para a análise da reconfiguração dos espaços urbanos, que partem da apropriação do patrimônio cultural como forma de acumulação e discurso ideológico. Entende-se que o mesmo se aplica tanto para o caso de situações da acumulação de capital na lógica da globalização e, portanto, da especificidade, quanto para a situação que envolve a construção do espaço social urbano na perspectiva de constituição de uma particularidade regional, não desconectada do global, ou, ainda, da combinação de ambas.

A intenção da proposta não é o de esgotar a amplitude conceitual necessária para a compreensão do processo de reconfiguração do espaço urbano. Nessa perspectiva, o estudo ainda é limitado e, portanto, deve ser ampliado por meio de outros olhares, tais como das áreas da cultura, da comunicação e da sociologia, em especial sob a ótica dos estudos sobre o processo migratório, os movimentos sociais e as políticas públicas para a compreensão da conformação das relações sociais e da agenda formada nos territórios urbanos.

Referências

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, n. 18, p. 15-38, 2007. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm18_102.pdf>. Acesso em: out 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La producción contradictória del espacio urbano y las luchas por derechos. *Revista Ciudades*, Ed.NApUrb, USP; GEU, vol. 11, n. 19, 2014.

CORREA, Roberto Lobato Corrêa. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. *Territórios com identidade cultural*. Contribuição para o projeto desenvolvimento territorial a partir de serviços e produtos com identidade. Chile: RIMSP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2006.

GONÇALVES, F. M. Operação urbana consorciada Vila Sônia e a possibilidade de diálogo. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 25, n. 71, p. 205-218, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100014>>. Acesso em: out. 2014.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão et al. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, vol. 7, n. 1, p. 62-73, jan./abr. 2015.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LENCIONE, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp24/Artigo_Sandra.pdf>. Acesso em: out. 2014.

MACEDO, Joseli. A (in)sustentabilidade do desenvolvimento urbano nos Estados Unidos: o que as cidades brasileiras podem aprender com as americanas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 277-296, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/221/678>>. Acesso em: out. 2014.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A dimensão simbólica na cidade neoliberal: notas sobre a construção de subjetividades na produção social do espaço do neoliberalismo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife: Anpur, v. 17, n. 1, p. 11-22, abr. 2015.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: ENCONTRO NACIONAIS DA ANPUR, 10., 2003. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, MG, 2003. Disponível em: <<http://unuohospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2348/2321>>. Acesso em: jul. 2015.

PALLAMIN, Vera. Cidade e cultura: conflito urbano e a ética do reconhecimento. *RUA – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, v. 2, n. 18, 2012, ISSN 1413-2109. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: jun. 2016.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. *Política e Sociedade*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.

REIS, A. C. F. *Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo*. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ic=UTF-8#q=cidades+criativas+pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos Cebrap*, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

SANDLER, D. Place and Process: Culture, Urban Planning, and Social Exclusion in São Paulo. *Social Identities*, Abingdon: Routledge, v. 13, n. 4, p.471-493, 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. *Espaço e Sociedade*, Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2012.

SELDIN, Cláudia. Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat KunSthauS tacheleS em Berlim. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife: Anpur, v. 17, n. 3, p. 68-85, set./dez. 2015.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. *Revista Território*, n. 5, p. 31-50, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://www.revista-territorio.com.br/pdf/05_3_trindade%20jr.pdf>. Acesso em: out. 2014.

VILLAÇA, Flávio. *Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje*. Campo Grande, jun. 2000. p. 1-16. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf> Acesso em: out. 2014.